SKÉPSIS, ISSN 1981-4194, ANO VIII, Nº 16, 2017, p. 1-7.

RESUMO DAS *REFLEXÕES PIRRÔNICAS SOBRE O CONHECIMENTO E A JUSTIFICAÇÃO*

Robert J. Fogelin
Dartmouth College

Tradução: Jefferson dos Santos Marcondes Leite
UNIFESP
E-mail: kingdoomanathema@yahoo.com.br

Revisão técnica: Israel Vilas Bôas
UNIFESP
E-mail: chrysotile@gmail.com

O livro *Reflexões pirrônicas sobre o conhecimento e a justificação* (RP) é uma investigação sobre o trabalho contemporâneo em teoria do conhecimento, escrito do que eu chamo de ponto de vista neopirrônico. Este trabalho é pirrônico porque ecoa de muitas formas os *Esboços Pirrônicos* de Sexto Empírico. Eu chamo esse ponto de vista de neopirrônico porque tentei atualizar os métodos de Sexto Empírico para torná-los mais apropriados aos debates contemporâneos. A questão fundamental das *RP* é esta: como os praticantes contemporâneos da epistemologia se sairiam se um pirrônico fosse incluído como parte da discussão? A conclusão a que cheguei: a situação não seria boa de forma nenhuma.

A adequação de chamar essas reflexões de pirrônicas depende da correção de uma leitura particular dos *Esboços pirrônicos*. Retratam-se com frequência os pirrônicos como aqueles que exigem a suspensão de todas as crenças de qualquer natureza. Hume atribuiu-lhes essa concepção, assim como o fizeram especialistas contemporâneos, como Jonathan Barnes e Miles Burnyeat.[1] Esta leitura é frequentemente apresentada como um prelúdio para recusar o pirronismo com base no argumento de que, se levado a sério, tornaria a vida impossível — esta linha é adotada explicitamente por Hume e por Burnyeat. Uma leitura alternativa é que os pirrônicos não exigiram a suspensão das

[1] Eu não incluí citações neste resumo. Elas podem ser encontradas nas *RP*.

Texto originalmente publicado em *Philosophy and Phenomenological Research*, 1997, 57(2): 395-400. Agradecemos ao editor Ernest Sosa, à *Philosophy and Phenomenological Research* e à John Wiley & Sons por permitirem a publicação desta tradução.
Copyright © 1997 Philosophy and Phenomenological Research, LLC. Todos os direitos são reservados.

crenças em todas as áreas, mas atacaram somente as filosofias dogmáticas e outras atividades teóricas análogas à filosofia dogmática — quando se faz uma tentativa para transcender nossos modos costumeiros de corrigir crenças a fim de encontrar algo superior. Nesta leitura, os pirrônicos não impuseram nenhum critério próprio. Eles simplesmente tomaram os dogmáticos nas suas próprias palavras e mostraram que, por seus próprios critérios, seus projetos fracassaram.

A exigência da suspensão da crença tinha a filosofia dogmática como seu alvo primário e as atividades teóricas análogas à filosofia dogmática como seu alvo secundário, mas não estava preocupada com as crenças comuns alcançadas de modo costumeiro. Esta leitura, parece-me, recebeu apoio acadêmico decisivo de Michael Frede. Esta é a interpretação que tenho em mente quando chamo minha própria posição de neopirrônica.

O pirronismo tradicional também tem uma dimensão prática — de fato, esta dimensão prática parece ter sido sua motivação primária: a suspensão da crença sobre tópicos filosóficos deveria trazer consigo a bem-aventurança ou a tranquilidade (*ataraxia*). Meu neopirronismo não inclui essa dimensão prática, embora eu não seja contrário a ela. (Lembrem-se da observação de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* que "A verdadeira descoberta é a que me torna capaz de parar de filosofar quando eu quiser. — A que dá paz à filosofia "[2]). É desnecessário dizer que esses pontos históricos não influenciam a correção das análises que eu apresentei nas *RP*. Eu posso estar certo em minha leitura de Sexto, mas, juntamente com ele, estar errado em minhas afirmações. Eu posso estar errado em minha leitura de Sexto, mas, assim como no caso Gettier, estar certo naquilo com que eu me comprometo.

RP divide-se em duas partes. A parte 1 intitula-se "Gettier e o problema do conhecimento". Ela se refere ao problema de Gettier, mas não tenta oferecer uma solução — ao menos não no sentido de resposta que os filósofos comumente buscaram. Sua tarefa é *descrever* como realmente usamos os termos de avaliação epistêmica. À luz desta descrição, tenta-se mostrar a estrutura subjacente dos problemas de Gettier em todas as suas variações. Uma vez que se revela esta estrutura subjacente, torna-se possível esclarecer porque as respostas aos problemas de Gettier assumiram as formas que têm. Finalmente, dado um entendimento adequado dos problemas de Gettier, é possível mostrar por que, de acordo com seus próprios critérios, todas as tentativas para resolver os problemas de Gettier fracassaram.

[2] IF, 133. (N. do T.)

As análises das afirmações de conhecimento — ou melhor, a descrição do que as pessoas estão asserindo quando afirmam que alguém sabe alguma coisa — assumem a seguinte forma:

> "*S* sabe que *p*" significa "*S* justificadamente crê que *p* por razões que estabelecem a verdade de *p*".

Igualmente, eu poderia ter expresso isso da seguinte forma:

> "*S* sabe que *p*" é usado para afirmar que *S* justificadamente crê que *p* por razões que estabelecem a verdade de *p*.

Aqui não posso entrar em todos os detalhes — perguntar se, por exemplo, conhecimento sempre implica crença — mas é importante ver que esta formulação contém dois componentes avaliativos: o primeiro refere-se à responsabilidade epistêmica de *S* ao sustentar uma crença. Esta é uma cláusula que aparece comumente nas análises de avaliação de conhecimento, nas quais se mantém que a pessoa pode crer justificadamente em alguma coisa mesmo quando aquilo em que essa pessoa acredita é falso. A segunda cláusula é completamente diferente. Ele avalia a força das razões que a pessoa usa, perguntando se são suficientes para estabelecer a verdade do que a pessoa crê. Ao atribuir conhecimento a outrem, nós mesmos estamos envolvidos num ato de avaliação epistêmica.

A segunda ideia-chave introduzida no Capítulo 1 é a noção de *níveis de escrutínio*. Afirmo, como uma questão de fato, que nossos procedimentos de justificação habituais têm mecanismos internos que elevam o nível de escrutínio quando nossos procedimentos rotineiros têm alta probabilidade de nos levar a formar crenças falsas ou infundadas. Isto se torna complicado no detalhe, mas, para citar um simples exemplo, podemos identificar, usualmente, um guarda de museu simplesmente pelo olhar, mas numa exibição feita pelo escultor realista Duane Hansen, fazemos bem em dar uma olhada mais de perto antes de nos comprometermos.

A análise do conhecimento, tomada em conjunto com a noção de modificação dos níveis de escrutínio, fornece uma explicação da estrutura subjacente de todas as variações do problema de Gettier. Em cada uma das versões, alguém, *S*, justificadamente crê em alguma coisa, no sentido de que não é irresponsável por sustentar essa crença. Resulta que a crença também é verdadeira. Mesmo assim, claramente não se pode dizer que essa

pessoa sabe que é verdadeira. Minha sugestão é que em todas as versões do problema de Gettier nós — que estamos tentando decidir se *S* sabe ou não — estamos a par de informações de que *S*, não por culpa própria, não está a par. Isso nos leva a aumentar o nível de escrutínio e, em virtude disso, a declarar que as razões de *S* não são adequadas para estabelecer a verdade da crença que baseia nelas. Para citar um exemplo famoso[3], sabemos, enquanto não se pode esperar razoavelmente que *S* o saiba de sua perspectiva, que o guarda do jardim zoológico pintou um grande número de mulas para parecerem zebras e colocou-as junto com as zebras no cercado destas. *S* aponta para um animal que, por acaso, é uma zebra e fala para seu filho que é uma zebra. Nós, como espectadores desse pequeno drama epistêmico, reconhecemos que o que *S* disse é verdade — talvez tivéssemos examinado o animal com um binóculo potente. Reconhecemos também que *S* agiu de uma forma epistemicamente responsável. Mas, dada nossa informação adicional, não reconhecemos que as suas razões são adequadas para estabelecer a verdade da afirmação sobre se o objeto apontado é uma zebra ou não. Minha afirmação, então, é que os problemas de Gettier surgem quando a cláusula de responsabilidade epistêmica e a cláusula de razões adequadas não coincidem. Caracteristicamente, isso acontece quando estamos a par de informações que provocam um nível de escrutínio mais alto do que seria razoável esperar que *S* atingisse, dadas as informações de que dispunha.

Se os problemas de Gettier surgem porque, sob a pressão dos diferentes níveis de escrutínio, o critério de responsabilidade epistêmica e o critério de razões adequadas se afastam um do outro, podemos entender, então, a força motora por trás das tentativas padrão de "resolver" os problemas de Gettier: embora não seja vista assim explicitamente, a tarefa é encontrar alguma maneira de manter esses dois critérios alinhados. Por exemplo, as assim chamadas análises da quarta cláusula podem ser entendidas como uma tentativa de *situar S* de maneira que o proteja de problemas gerados por níveis de escrutínio mais altos. A dificuldade, como o fluxo quase interminável de contraexemplos e de revisões tem mostrado, é que a proteção constantemente se mostra porosa. Outra dificuldade é que, quando não se reconhecem as características avaliadoras de razões dos juízos epistêmicos, essas tentativas de oferecer uma análise de afirmações epistêmicas ao longo de linhas reducionistas comete algo muito parecido com a falácia naturalista. Claro, não é suficiente apenas dizer que todas as tentativas de dissolver o problema de Gettier fracassaram, é preciso mostrá-lo

[3] O exemplo está em Dretske, Fred, "Epistemic Operators", *The Journal of Philosophy* 67(24): 1007-1023 (1970), republicado em: Dretske, Fred, *Perception, Knowledge and Belief*, Cambridge: Cambridge University Press, 2000. (N. do T.)

em detalhes. Num esforço para fazer isso, o segundo capítulo examina a chamada análise da quarta cláusula; o capítulo 3 examina análises externistas; e o capítulo 4 examina teorias que empregam cláusulas subjuntivas — às vezes incluindo excursões para a semântica dos mundos possíveis. Entender por que todas essas tentativas fracassam faz a probabilidade de que o problema de Gettier poderia ainda admitir uma solução do tipo que os epistemologistas buscam parecer altamente improvável.

O capítulo 5 resume as coisas e providencia a transição para a parte II. Embora talvez não o bastante, dizem-se mais coisas sobre os níveis de escrutínio. Normalmente, níveis de escrutínio mais altos são provocados por problemas específicos que aparecem no processo de empregar um procedimento justificativo. Aprender como usar um procedimento justificativo envolve aprender quando ser cuidadoso e quando não perder tempo sendo cuidadoso demais. A nova ideia do capítulo 5 é que níveis de escrutínio mais altos podem, algumas vezes, ser provocados somente pela reflexão. Isso pode acontecer quando se filosofa — e quanto mais seriamente se filosofa, mais o nível de escrutínio tende a aumentar até chegar, assim como em Descartes, num nível de escrutínio essencialmente irrestrito. Sustento, de fato, que "a teoria do conhecimento, em sua forma tradicional, têm sido uma tentativa de encontrar maneiras de estabelecer afirmações de conhecimento de uma perspectiva em que o nível de escrutínio foi aumentado somente pela reflexão" (99).

A parte II das *RP* intitula-se "Agripa e o problema da justificação". Ela é mais claramente pirrônica do que a primeira parte. Inicia por notar que muitos epistemólogos do século XX frequentemente levantam o problema da justificação empírica sob três restrições: (i) sua posição não pode envolver um regresso ao infinito vicioso; (ii) sua teoria não pode envolver circularidade numa forma de petição de princípio; (iii) sua teoria não pode depender de nenhuma hipótese arbitrária. Regresso ao infinito, circularidade e hipótese arbitrária são, de fato, três dos cinco modos que levam a suspensão do juízo atribuídos à Agripa por Sexto Empírico nos *Esboços pirrônicos*. Assim, muitos epistemólogos do século XX se propõem a resolver o problema de Agripa (como eu o chamo), ainda que — como normalmente é caso — não haja indícios em seus escritos de que eles alguma vez ouviram falar de Agripa e seus modos.

É importante entender a situação dialética. O próprio Agripa não impõe essas restrições aos outros. Ele supõe, no entanto, que seus oponentes dogmáticos as aceitam. E, então, obriga-os a respeitar os critérios que aceitam. A situação é a mesma com nossos epistemólogos contemporâneos. A tarefa de resolver o problema de Agripa não lhes é

imposta por outras pessoas — é um desafio que eles aceitam explicitamente. A questão é se, no fim das contas, eles o superam.

Falando de modo geral, existem três estratégias disponíveis para lidar com o problema de Agripa. (i) Encontrar alguma forma de apelar para proposições básicas ou crenças básicas que não estão sujeitas à acusação de que envolvem uma suposição arbitrária. Esse é o caminho do fundacionismo. (ii) Encontrar alguma forma de abraçar à circularidade que evite a acusação de ser uma petição de princípio. Esse é o caminho do antifundacionismo ou do coerentismo. (iii) Misturar os dois primeiros em várias proporções. (Buscar uma forma aceitável de regresso ao infinito não representou uma forma atrativa, exceto, talvez, no caso de Paul Grice, mas eu não discuto esta opção nas *RP*).

Do capítulo 7 até o capítulo 9, examino sucessivamente o fundacionismo de Chisholm, o coerentismo internista de BonJour e o coerentismo externista de Davidson. Escolhi estas três posições porque eles me parecem ser os representantes das melhores explicações da justificação empírica em oferta. A conclusão negativa a que chego é que nenhuma dessas teorias faz um progresso razoável para alcançar o objetivo que cada uma colocou para si mesma.

Como um neopirrônico, as críticas que eu apresento são sempre internas às posições particulares que estão sendo examinadas. Não argumento em lugar nenhum que, em princípio, uma teoria da justificação empírica é impossível. Mas mesmo que eu não ofereça um argumento geral para apresentar que uma teoria da justificação empírica é impossível, realmente noto que determinados erros são, de fato, características persistentes de teorias nessa área. Aqui mencionarei somente quatro. A primeira é esta: embora se suponha que uma teoria da justificação empírica deva tentar justificar adequadamente uma vasta gama de nossos juízos empíricos, os filósofos engajados nesse projeto raramente nos dão uma indicação explícita dos juízos empíricos que propõem justificar. Esta é uma omissão séria, pois se a gama de crenças é muito pequena, então a teoria, longe de ser uma resposta para o ceticismo, pode chegar perto de ser seu equivalente funcional. Segunda, essas teorias raramente vão além de fazer afirmação de viabilidade. A suposição de fundo é que conhecimento sob níveis irrestritos de escrutínio é possível, de modo que, se alguém tem a única teoria viável, então a teoria deve estar correta. Isso é claramente uma petição de princípio com respeito ao ceticismo. Terceira, essas teorias ganham a maior parte de sua força aparente dialeticamente, isto é, ao mostrar fraquezas em suas teorias concorrentes. Novamente, se isso é usado como prova de que a sua própria teoria está correta, então é uma petição de princípio. Caso contrário,

então ela meramente serve aos propósitos do cético. A quarta é um padrão de argumento que ocorre repetidamente nos escritos contemporâneos sobre justificação empírica. Ele toma a seguinte forma: "Sem dúvida, eu como fundacionista (ou como antifundacionista) não posso lidar com uma objeção particular, mas, então, também não pode o antifundacionista (ou fundacionista)". Os parênteses indicam que o jogo pode ser jogado em ambas as direções. O que é mais notável sobre esse truque é que aqueles que o usam parecem não reconhecer que ele representa uma rendição completa à posição cética que estão tentando refutar.

Pondo de lado essas reflexões gerais, os capítulos 7 ao 9 apresentam exames detalhados de três tentativas exemplares de fornecer uma justificação para uma gama adequadamente ampla de juízos empíricos. Meu julgamento final é que as três não a fornecem. Se me perguntarem se *eu* penso que estou justificado nos juízos empíricos que faço, então, como um pirrônico, não tenho escrúpulos em dizer que estou justificado em um grande número de minhas crenças, algumas delas sobre coisas muito importantes — por exemplo, a localização da saída de incêndio. Mas se, além disso, me perguntarem se estou igualmente justificado sob condições de níveis irrestritamente altos de escrutínio, então reconhecerei que, sob essas condições, estou justificado em muito poucas das minhas crenças. Claro, como um pirrônico, não me comprometo com a consideração desse nível de escrutínio como privilegiado, nem, como um pirrônico, posso pensar em uma boa razão para privilegiá-lo.